RELATÓRIO DE OFICINA PARTICIPATIVA

INFORMAÇÕES GERAIS

Tema da Oficina: Oficina Participativa de Consulta, Livre Prévia e Informada – CLPI.

Objetivo da Oficina: Consulta Pública do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins.

Comunidade: Povo Indígena Karajá (Ilha do Bananal) aldeias: Itxeó, Brebuna, Barreira Branca, Mirindiba e Kaxiweira.

Local: Área aberta da aldeia Itxeó, Ilha do Bananal, município de Formoso do Araguaia – TO.

Data: 25 a 26 de julho de 2025.

Duração: 2 dias.

EQUIPE ENVOLVIDA

Moderador (a): Mateus Romanha e Janilson Soares.
Relator (a): Alana Cristina M. de Santana e Ravenna P.P. Vieira .
Facilitador (a) Gráfico: Ana Beatriz Moreira Lima.
Tradutor (a) para Línguas Indígenas: Taffarel Sawaru Karajá.
Técnico (a) em Comunicação: equipe Public.
Recreador (a): Roberta de Almeida Mendes.
Articulador (a) Comunitário(a): Wedery Mello Silva Karajá.
Representante do Poder Público: Marli Teresinha Santos, Ravenna P.P. Vieira (Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH), Simikadi Bixoa Karajá Xerente (Secretaria dos Povos Originários e Tradicionais – SEPOT).
Outros participantes com papel relevante: Camila Daiane da Silva Rezende (consultora Geonoma), Idjawala Rosa Karajá (Secretário Geral da Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins – ARPIT), Rafaella Sandoval Coxini Karajá (Representante da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI).

DIA 01: SEXTA-FEIRA, 25 DE JULHO DE 2025

PARTICIPANTES

1. Hariama Ijetuura Karajá (Aldeia Mirindiba)
2. Rozaldo Francisco Ferreira (Aldeia Brebuna)
3. Edson Ferreira de Castro (Aldeia Brebuna)
4. Valdir T. (Aldeia Barreira Branca)
5. Idjoni Karajá (Aldeia Mirindiba)
6. Iburé Hatamaru Karajá (Aldeia Mirindiba)
7. Gilca Pereira de Almeida (Aldeia Mirindiba)
8. Idemar Karajá (Aldeia Mirindiba)
9. Mário Javaé (Aldeia Barreira Branca)
10. Simone Pereira de Oliveira (Aldeia Brebuna)
11. Sônia Ferreira de Castro (Aldeia Mirindiba)

12. Rosana Alves Morais (Aldeia Mirindiba)
13. Koxiawaru Karajá (Aldeia Mirindiba)
14. Antônio Hayucre Javaé (Aldeia Barreira Branca)
15. Bruno Weheria Javaé (Aldeia Barreira Branca)
16. Maria Maderu Karajá (Cacica – Aldeia Mirindiba)
17. Gabriele Adriane Meri (Aldeia Mirindiba)
18. Genivan F. Matos (Aldeia Mirindiba)
19. João Batista Karajá (Aldeia Mirindiba)
20. Tânia Kaxiwe Karajá
21. Maria Francisca (Aldeia Mirindiba)
22. Adrielma da Silva Santana (Pousada Águia 1)
23. Irilene da Silva Santana (Pousada Águia 1)
24. Simikadi Bixoa Karajá Xerente (Secretaria dos Povos Originários e Tradicionais – SEPOT)
25. Juliana Cardoso Saraiva (Aldeia Brebuna)
26. Diego Hariawa Javaé (Aldeia Barreira Branca)
27. Rodrigo Harumamari Javaé (Aldeia Barreira Branca)
28. Gabriel T. Javaé (Aldeia Branca Branca)
29. Rafael H. Javaé (Aldeia Barreira Branca)
30. Edvania Oliveira Reis (Aldeia Mirindiba)
31. Paulo Ferreira (Aldeia Mirindiba)
32. Hadory Karajá (Aldeia Itxeó)
33. João Batista Ferreira de Oliveira (Aldeia Brebuna)
34. Edvaldo Vidal dos Santos (Aldeia Itxeó)
35. Adonay Silva de Vasconcelos (Pousada Águia 1)
36. Marildo S. P. (Pousada Aguia 1)
37. Aquiles Eduardo Soares (Palmas)
38. Idjawala Rosa Karajá (Secretário Geral da Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins – ARPIT)
39. Joséilton F. Paes Vital (São Miguel do Araguaia)
40. Rafael Pereira dos Santos (São Miguel do Araguaia)
41. Marcos R. Lisboa Karajá (Aldeia Mirindiba)
42. Wellington da Silva Paraizo (Pousada Aguia 1)
43. Mydjary Bareery (Aldeia Waxitaxi)
44. Luiz Ricardo B. E. (Aldeia Kaxiweira)
45. Rafaella Sandoval Coxini Karajá (Representante da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI)
46. Mario Beicalari Javaé (Aldeia Barreira Branca)
47. Misael Rodrigues Lopes
48. Carlos Krahô
49. Edison Ferreira de Castro (Aldeia Mirindiba)

Abertura

A oficina teve início às 9h10, com os participantes realizando o credenciamento. Logo em seguida, Marli (ponto focal do estado) deu início à fala, convidando os caciques presentes para se posicionarem à frente e dando boas-vindas a todos os participantes.

Hadory (cacique da aldeia Itxeó) recebeu a palavra e convidou todos para uma oração de abertura. Apresentou-se como cacique da aldeia Itxeó e expressou sua satisfação em receber a todos em sua comunidade. Agradeceu também os residentes das aldeias Brebuna, Barreira Branca, Mirindiba e Kaxiweira presentes no encontro. Recomendou que todos prestassem atenção ao que estava sendo apresentado, fizessem perguntas para esclarecer dúvidas e agradeceu aos

representantes públicos presentes.

Maria Maderu (cacica da Aldeia Mirindiba) agradeceu a todos os indígenas e não indígenas pela presença na reunião. Reforçou a importância de que todos sintam-se à vontade para tirar suas dúvidas. Comentou que ainda não conhece bem o JREDD+, mas tem interesse em aprender mais sobre o tema. Também relembrou que todo o encontro está sendo gravado.

Rozaldo (Aldeia Brebuna), também agradeceu a presença de todos e destacou que estavam ali com um objetivo comum. Ressaltou a importância de realizar uma nova reunião após o almoço, com base nas informações que seriam apresentadas ao longo da manhã.

Em seguida, o Idjawala representante e Secretário Geral da Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins – ARPIT se apresentou e o órgão, afirmando que estava presente para acompanhar a reunião e se disponibilizou para esclarecer dúvidas. Disse que os participantes podiam procurá-lo a qualquer momento, caso precisassem de apoio.

Marli (ponto focal do estado) retomou a palavra e convidou os representantes públicos presentes para se apresentarem à plenária. Foram então apresentados Ravena, Camila (ambas da Secretaria do Meio Ambiente e Recuros Hídricos – SEMARH) e Smikadi, da Secretaria dos Povos Originários e Tradicionais – SEPOT. Também foram apresentados os participantes credenciados e o representante da Consultins, Mateus Romanha.

Marli (ponto focal do estado) também informou que estavam sendo feitas gravações e fotos durante toda a oficina, além de divulgar o site oficial do programa. Perguntou aos participantes se todos compreendiam o português ou se havia necessidade de tradução para as línguas indígenas. Os presentes responderam que não era necessário, pois compreendiam o que estava sendo dito. Em seguida, pediu que cada participante se levantasse, dissesse seu nome e informasse de qual aldeia era representante.

O REDD+ como Política Pública

Na sequência, Marli (ponto focal do estado) explicou os objetivos principais da oficina na perspectiva jurisdicional. Primeiro, apresentou o que é o JREDD+ e o significado da sigla, incluindo o conceito de "jurisdicional". O segundo objetivo era ouvir as comunidades sobre as ações importantes para a continuidade do programa e para a preservação do território. O terceiro era informar sobre a associação representativa dos povos indígenas dentro do programa. E, por fim, o quarto objetivo era escolher os representantes para participar do evento final de consolidação de informações, no dia 31/07/2025, na Aldeia Santa Izabel.

Marli (ponto focal do estado) também abordou os combinados relacionados à organização da oficina e os horários das atividades.

Na sequência, Mateus (moderador) tomou a palavra para reforçar os horários das refeições que seriam servidas durante o evento. Ele destacou que todos os participantes teriam a oportunidade de falar, caso desejassem. Informou ainda que, se alguém quisesse realizar alguma apresentação cultural, como danças ou cantos ou outras diferentes dessas, teria espaço para se apresentar.

Dando continuidade, Marli (ponto focal do estado) abordou o tema das mudanças climáticas. Para ilustrar o conceito do efeito estufa, utilizou um tecido (tipo lençol) e convidou alguns participantes para encenar a explicação.

Algumas pessoas representaram empresas poluidoras, outra simbolizou o planeta Terra, e o pano, segurado por duas pessoas, representava a atmosfera. Ela explicou que o calor tem aumentado significativamente, aquecendo a Terra em excesso, e comparou esse efeito a uma panela de pressão, onde o calor fica preso e causa impactos intensos. Relembrou a enchente ocorrida no estado do Rio Grande do Sul, que destruiu pontes e estradas, destacando que esse tipo de desastre é uma das consequências das mudanças climáticas. Ao final da explicação, perguntou aos participantes: "Vocês estão percebendo que os rios estão secando mais?". Os participantes confirmaram que sim.

Marli (ponto focal do estado) continuo compartilhando que teve um evento em prol do meio ambiente realizado em Cancún, no México. Nesse encontro, ficou acordado que os países que mais poluem devem compensar aqueles que preservam suas florestas. Ela explicou que, diante desse compromisso, os governos do mundo passaram a cobrar que as empresas encontrassem formas de compensar suas emissões de gases do efeito estufa.

Destacou que as árvores são capazes de retirar gases da atmosfera, armazenando o carbono em seus troncos, e reforçou que cada árvore conta nesse processo. Comentou também que a soja consegue estocar carbono, mas em menor quantidade. Por isso, explicou que, os países poluidores devem comprar créditos de carbono daqueles que preservam a floresta.

O Idemar (vice-cacique da Aldeia Mirindiba) pediu a palavra e questionou se aqueles que possuem reservas são obrigados a vender os créditos de carbono.

Em resposta, Marli esclareceu que não há obrigatoriedade na venda dos créditos. Informou que o estado do Tocantins possui cerca de 11 milhões de hectares de floresta em pé e que receberá pagamentos pela redução de emissões. Explicou ainda que o programa JREDD+ é uma medida temporária, adotada até que se encontre outra forma mais eficaz de reduzir as emissões de gases do efeito estufa.

Em seguida, João Batista (Aldeia Mirindiba) perguntou se aqueles que estão desmatando poderão continuar a desmatar.

Marli (ponto focal do estado) respondeu com outra pergunta: se alguém já havia ouvido falar sobre o Código Florestal. Para explicar, desenhou o mapa do Tocantins, destacou a região da Ilha do Bananal e áreas de fazendas, e explicou que os grandes proprietários de terra precisam manter pelo menos 35% de vegetação nativa preservada. Afirmou que os donos dessas propriedades devem cumprir a legislação ambiental, e que, caso contrário, estão sujeitos à aplicação de multas.

O Idemar (vice-cacique da Aldeia Mirindiba) comentou que as reservas indígenas são as áreas que mais geram créditos de carbono. Relatou que já há pessoas retirando créditos dessas áreas. Disse ainda que, quando viaja para o estado do Mato Grosso, presencia muitos casos de desmatamento, e agora, o estado quem está procurando as aldeias, pois são elas que estão salvando o Brasil inteiro.

Marli (ponto focal do estado) explicou que os países não pagam simplesmente pela floresta preservada, mas sim pelo fluxo de não desmatamento e não degradação, ou seja, pelos resultados comprovados de redução na emissão de gases causadores do efeito estufa.

Em seguida, Hadory (Cacique da Aldeia Itxeó) questionou quem, de fato, se beneficia com os créditos de carbono, perguntando se não seriam as empresas.

Ele também questionou se uma roça de toco, feita com machado, pode ser comparada com áreas desmatadas com máquinas. Ressaltou que, na teoria, todos têm os mesmos direitos, mas, na prática, há desigualdade, e que o que uma máquina faz é muito diferente do que um machado faz, afirmou.

Marli (ponto focal do estado) pediu a palavra novamente e respondeu que os fazendeiros podem continuar a desmatar, desde que cumpram o Código Florestal, que exige a preservação de uma porcentagem da vegetação nativa. Ressaltou que, no caso dos territórios indígenas, a forma de gestão é diferente.

Mateus (moderador) pediu a palavra e explicou que uma árvore já adulta, retira uma quantidade menor de carbono da atmosfera. Já uma árvore em fase de crescimento tem uma maior capacidade de absorver carbono. Por esse motivo, segundo ele, a lógica dos pagamentos é voltada para as áreas onde as árvores estão crescendo, e não para a floresta já existente. Ele também comentou que, se fossem interrompidas todas as construções e o uso de maquinários, a sociedade deixaria de ter acesso a bens e coisas importantes para o dia a dia. Por isso, destacou que a proposta do JREDD+ é buscar um equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação ambiental, de forma que seja possível continuar produzindo, mas de maneira responsável.

Marli (ponto focal do estado) perguntou aos participantes se alguém já havia ouvido falar sobre o JREDD+. Apenas algumas pessoas levantaram as mãos. Diante disso, utilizou um flipchart para explicar detalhadamente o significado de cada palavra da sigla JREDD+, incluindo o símbolo “+”. Ela explicou que, quando uma árvore está em fase de crescimento, ela sequestra uma grande quantidade de carbono da atmosfera. Falou também sobre o manejo florestal, definindo-o como uma forma planejada e controlada de uso da floresta.

Continua, esclarecendo que o JREDD+ é um instrumento econômico que visa compensar financeiramente os esforços para evitar emissões de gases do efeito estufa. Informou que a quantidade de carbono estocado em uma árvore é calculada com base no seu peso, pois as árvores retiram carbono da atmosfera para crescer. Essa informação, segundo ela, está disponível em sites oficiais do governo. Como exemplo, mencionou que 1 hectare de cerrado denso pode armazenar cerca de 200 toneladas de carbono, enquanto 1 hectare de cerrado ralo armazena, em média, 40 toneladas. Ressaltou que os países não pagam pela quantidade de árvores existentes, mas sim pela redução comprovada de emissões.

Na sequência, Marli perguntou: “Quando vocês querem reduzir o fogo, o que fazem?”.

Um participante respondeu que realiza aceiros, manejo e combate aos incêndios.

Em resposta, Marli (ponto focal do estado) disse que esse tipo de trabalho deve ser remunerado, pois contribui diretamente para a conservação e redução de emissões.

Edivaldo (Aldeia Itxeó) comentou que sempre viveu na região e, por muito tempo, a área parecia estar abandonada. Observou que as queimadas não parecem ser consideradas nos cálculos de carbono, levantando dúvidas sobre a forma como essas emissões são contabilizadas.

Em resposta, Marli (ponto focal do estado) reconheceu que a observação está alinhada com a realidade atual, marcada por fortes impactos das mudanças climáticas nos últimos anos. Afirmou que, de fato, muitos fatores ainda precisam ser melhor compreendidos e integrados aos sistemas de monitoramento.

Na sequência, Idjawala (ARPIT) questionou se existe algum critério técnico ou científico para identificar os impactos das mudanças climáticas, citando como exemplo a seca dos rios e suas consequências para o abastecimento e para a vida das comunidades.

Marli (ponto focal do estado) respondeu que, até o momento, ainda não há uma metodologia consolidada para calcular os efeitos dos eventos extremos, como secas, enchentes ou mudanças bruscas de temperatura, especialmente no contexto das florestas em pé. Em seguida, convidou todos a refletirem coletivamente sobre o tema das adaptações climáticas, perguntando: *Como podemos garantir o abastecimento de água e a continuidade do transporte aquático, se não forem implementadas ações de adaptação à nova realidade?*

Ao final, destacou que os recursos provenientes do JREDD+ também têm como objetivo contribuir para a construção dessas medidas de adaptação, que são fundamentais para a proteção do território e da vida das comunidades. Apresentou o exemplo da França, que durante uma onda de calor extremo registrou 80 mortes. Como medida de adaptação climática, o país passou a construir casas com estruturas adaptadas para suportar altas temperaturas, visando proteger a população mais vulnerável.

Na sequência, Edvaldo (Aldeia Itxeó) compartilhou sua preocupação com o problema da seca dos rios, apontando que a causa está principalmente nas nascentes e nos pequenos cursos d'água, que afetam diretamente o volume dos rios maiores. Deu como exemplo sua própria vivência às margens do Rio Bananal, ressaltando que ele e sua comunidade não contribuem para o desmatamento, devido aos costumes e à tradição de preservação ambiental. Reforçou que é preciso considerar as interferências externas que afetam os territórios indígenas e tradicionais.

Após a fala, Marli (ponto focal do estado) pediu a contribuição dos participantes para resumir as informações até aquele momento.

Em seguida o participante Idair pediu para que fosse explicado sobre o que acontece após o registro e como que funciona a "não remuneração de floresta em pé".

Idjawala (ARPIT) solicitou a palavra e pontuou que estava sentindo que os participantes estavam confundindo o projeto da BIOFIX com o PROGRAMA Jurisidional de REDD+ e explicou que o Projeto da BIOFIX remunera árvore em pé que é sequestro de carbono e o programa REDD+ remunera a redução do desmatamento e poluição no sentido de "poluiu menos" e que o dinheiro do REDD+ tem como base de cálculo o que já foi/diminuiu de desmatamento e degradação em todo o território do Tocantins. Ilustrou como exemplo de dinâmica que Marli representa a figura do Estado que possui toda uma estrutura de governança e controle, o que aumenta a credibilidade e facilita a comercialização. Ele, por sua vez, representa uma empresa colombiana privada que não possui os mesmos requisitos e fiscalização o que fragiliza a credibilidade e comercialização. Ele ainda apresentou a OIT-169 que orienta uma Consulta Livre, Prévia e Informada e que ele, como representante da ARPIT está acompanhando a oficina para verificar se a OIT-169 está sendo observada o que, por sua avaliação, atesta que tudo está sendo respeitado.

Ainda, Idjawala explicou, novamente, sobre os períodos de referência e creditação que se trabalham por safras e que é importante as ações de redução de desmatamento e fogo.

Maria Maderu (Cacica da Aldeia Mirindiba) apontou que povos indígenas não colocam fogo mas, sofrem com as consequências do fogo, porque os trabalhadores do PrevFogo não conseguem atender todas as demandas do território. Exemplificou que antigamente havia muito fogo e que, depois das ações de preservação do território, a vegetação já está mais preservada. Citou, também, que os retiros de criação de gado na Ilha também não desmatam. Questionou quem esteve responsável por realizar a análise das reduções desde 2020, se teve a participação indígena representada por alguma associação. E solicitou que a comunidade Karajá esteja mais incluída na associação ARPIT.

Idjawala (ARPIT) retomou a palavra e explicou sobre a história da ARPIT que teve início como movimento político em Palmas – TO, sem CNPJ e o primeiro presidente foi o Srêwẽ. Atualmente ele está como Secretário Geral, e a ARPIT após algumas ações, conseguiu levantar recursos para registro e formalização da Associação e que não esteve presente na Ilha por falta de recursos. Explicou que, recentemente, foi aprovado um Projeto pela TNC para elaborar o GPTA da Ilha e que, em função disso, tem expectativa de vir mais vezes na ilha. E informou que na Ilha possuem outros representantes como Rafaela da FUNAI.

Maria (Cacica da Aldeia Mirindiba) pediu que as representantes da Ilha não fossem apenas da FUNAI.

Simikadi (SEPOT) informou que a ARPIT possui espaço voluntário para a juventude e foram convidados jovens de toda a ilha e ela é uma das representantes da Ilha.

Maria (Cacica Aldeia Mirindiba) pontuou que é preciso ter mais representação do sul da ilha, uma vez que a representação do centro da ilha não atende as demandas do sul e para isso é importante ter mais informação.

Idjawala (ARPIT) acolheu as demandas e disse que vai passar para frente.

Marli (ponto focal do estado) pediu a palavra e sugeriu que os participantes e caciques se reunissem com a ARPIT nos intervalos para tratar sobre as demandas, isso para que fosse possível alcançar os objetivos da Oficina.

Maria (Cacica da Aldeia Mirindiba) concordou.

Em seguida, Marli (ponto focal do estado) direcionou uma pergunta do Idemar (Vice-cacique da Aldeia Mirindiba) que havia ficado em aberto, e respondeu utilizando uma comparação de vendas de colares. Com o exemplo de que foram vender 20 colares por 150 reais na feira, mas, por este preço só venderam 15. Para não voltar para casa com os 5 colares, suportando todo o custo de locomoção, houve redução do valor dos colares até vender tudo. Explicou que a BIOFIX e o Povo Iny fizeram uma parceria com geração de créditos em aproximadamente 3.800.000 toneladas de créditos que já estão registrados na Certificadora CER Carbono há quase um ano e, mesmo oferecendo ainda não encontraram comprador.

Explicou ainda, que no caso do Programa Jurisdicional de REDD+ do Tocantins, foram calculados 13 milhões de toneladas de créditos, e, passará por um processo de auditoria, em seguida, pelo Registro que, para cada tonelada recebe um número serial e, só depois, ele será vendido. Também explicou que os créditos do Tocantins estão sendo acompanhados por MPF, FUNAI e que isso tem repercutido positivamente a ponto de falarem que os créditos são bons.

Marli (ponto focal do estado) também explicou que os recursos chegarão na

conta do Fundo Clima e devem ser utilizados para fins específicos e que esse conteúdo seria abordado com mais profundidade após o almoço.

Idemar (Vice-cacique da Aldeia Mirindiba) pontuou que ainda nunca viu informações sobre quanto já foi custeado no Projeto da BIOFIX no território. Ainda, questionou se o Estado não poderia comprar os créditos gerados pela BIOFIX.

Marli (ponto focal do estado) em resposta, explicou que o Estado não tem intenção de fazer aquisição dos créditos da CER Carbono, uma vez que é uma certificadora diferente, com outros requisitos e com regras diferentes.

Maria (Cacica Aldeia Mirindiba) questiona se haveria problemas o Projeto da BIOFIX com o Programa JREDD+.

Marli (ponto focal do estado) encerrou as 11:56 e explicará após o almoço.

A oficina foi retomada às 14h00.

Marli (ponto focal do estado) convidou todos os participantes a se levantarem para realizar uma breve atividade de alongamento, conduzida por ela mesma, como forma de reativar o corpo e a atenção.

Em seguida, chamou a Ana Beatriz (Facilitadora Gráfica) à frente, para explicar os desenhos produzidos por ela no flipchart ao longo da manhã. As ilustrações representavam a temática da oficina, como o efeito estufa, a degradação ambiental e o desmatamento. Ana também apresentou um exemplo simbólico, comparando abelhas e flores, para ilustrar como elementos da natureza dependem uns dos outros para existir e se manter em equilíbrio.

Logo após, Hadory (Cacique da Aldeia Itxeó) perguntou: *Quem está fazendo o levantamento dos créditos de carbono?*

Marli (ponto focal do estado) respondeu que esse cálculo está sendo feito pela SEMARH (Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos), utilizando imagens de satélite, que permitem comparar as áreas preservadas com as áreas desmatadas. Explicou que a primeira validação é realizada por uma equipe técnica especializada, e posteriormente uma segunda equipe revisa os dados e confere se houve algum erro. Caso seja identificada uma contagem incorreta, essa parte é excluída do cálculo final.

Hadory (Cacique da Aldeia Itxeó) perguntou novamente: *Quem fez essa validação para o Estado?*

Marli (ponto focal do estado) respondeu que a validação foi feita por uma equipe da Universidade Federal de Goiás (UFG). Após essa etapa, os dados são enviados para um auditor, e somente depois desse processo é que se procede com o registro e a venda dos créditos. Informou também que tanto a ARPIT quanto o COEMA estão acompanhando o processo de registro.

Hadory (Cacique da Aldeia Itxeó) então questionou se a empresa que está registrando os créditos agora é a mesma que registrou os da BIOFIX.

Em resposta, Marli (Estado) esclareceu que não. Explicou que o Estado está fazendo o registro no padrão ART-TREES, enquanto o da BIOFIX foi feito pela CER CARBONO, informou que se tratam de dois registradores diferentes.

Hadory (Cacique da Aldeia Itxeó) questionou: Se a Biofix já registrou três

milhões de créditos, mas ainda não vendeu, como será feita a venda dos créditos do Estado?

Em resposta, Marli (ponto focal do estado) explicou que registrar créditos de carbono exige recursos financeiros, e que a equipe responsável pelo projeto procurou o governador do Estado para solicitar apoio. O Estado do Tocantins utilizou um processo de licitação pública para antecipar os recursos necessários à operação de registro. A empresa Mercúria venceu a licitação e adiantou os valores ao governo. Esclareceu também que, caso o Estado não consiga registrar os créditos, não será necessário devolver o valor adiantado. No entanto, quando os créditos estiverem prontos para serem vendidos, a empresa Mercúria terá preferência de compra. Acrescentou que, após a venda dos créditos, o dinheiro adiantado será devolvido a empresa vencedora da licitação.

Na sequência, Ricardo (Aldeia Kaxiweira) questionou se o projeto da Biofix é ligado com do Estado.

Marli (ponto focal do estado) explicou que o projeto da Biofix não está vinculado ao projeto estadual, e que não interfere nas ações conduzidas pelo governo. Afirmou: *Não vamos olhar o território com uma lupa para saber se estão criando gado ou fazendo fogo. O modo de vida das comunidades indígenas não será alterado. Mas os grandes proprietários, esses sim, precisam cumprir o Código Florestal.*

Marli (ponto focal do estado) também informou que o projeto estadual já contabiliza créditos desde a safra anterior, somando um total de aproximadamente de 13 milhões de créditos. Questionou: *Como os povos indígenas poderão continuar com seu modo de vida tradicional e, ao mesmo tempo, ajudar a reduzir o desmatamento?* Ela mesma respondeu destacando que uma das estratégias é promover melhorias nas comunidades, por meio da aquisição de equipamentos e infraestrutura que ajudem a manter e valorizar seus modos de vida. Ressaltou que um dos focos principais para reduzir as emissões é o combate ao fogo, prática que será fortalecida com apoio do programa.

Edivaldo (Aldeia Itxeó) disse que eles que residem na aldeia já vem apanhando a tempo com as proibições, que a comunidade já enfrenta restrições, como a proibição da pesca esportiva, e que teme que, no futuro, não consigam mais criar gado na Ilha, o que impactaria diretamente sua sobrevivência. Afirmou: *Os programas chegam, mas nós já estamos cuidando da natureza. Mesmo assim, somos os que mais sofrem com as proibições.*

Salvaguardas

Em resposta e entrando na temática das Salvaguardas, Marli (ponto focal do estado) explicou que, para implementar um programa como o JREDD+, é preciso seguir as salvaguardas, que são mecanismos para proteger os direitos das comunidades locais. Esclareceu que o termo “salvaguardas” significa “guardar os direitos”. Contou que essas salvaguardas foram criadas oficialmente em 2010, durante um evento em prol do meio ambiente, no México, e que desde então são exigidas em todo o mundo para programas como o JREDD+. Ela, ainda com a palavra fez uma pergunta aos participantes: *Quais são os direitos que os povos indígenas têm dentro do território?*

A representante da FUNAI, Rafaela, reforçou que há uma lei maior, a Constituição Federal, que assegura o direito à preservação dos territórios indígenas, e que todas as políticas públicas devem estar alinhadas a esse princípio. Ressaltou: *Essa legislação deve ser seguida assim como todas as*

outras leis que garantem os direitos dos povos originários.

Em complemento, Marli (ponto focal do estado) afirmou que nenhum programa pode ser implementado descumprindo o PENEGATE (Plano Estratégico Nacional para Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas), nem qualquer outra legislação vigente. Destacou que isso está previsto na Salvaguarda 1 do JREDD+, que estabelece como princípio fundamental o cumprimento das leis nacionais e a proteção dos direitos legais dos povos indígenas e tradicionais.

Para facilitar o entendimento sobre a importância da participação nas decisões, Marli (ponto focal do estado) fez uma pergunta a uma das participantes: Como você toma decisões na sua casa?

Uma participante respondeu que conversa com o esposo e juntos decidem o que é melhor. Em seguida, o cacique Hadory compartilhou que, na aldeia, as decisões são tomadas de forma coletiva, e disse: *A gente conversa com todos e vai pelo que a maioria decidir.*

A partir desses exemplos, Marli (ponto focal do estado) explicou que a tomada de decisão dentro dos programas ambientais também precisa seguir esse princípio: ser transparente, participativa e eficaz. Enfatizou que é necessário preparar bem as pessoas que irão trabalhar no programa, para que todos saibam como ele funciona e possam acompanhar de forma consciente e crítica. Finalizou destacando que esse é justamente o conteúdo da Salvaguarda 2 do JREDD+, que garante transparência, participação informada e boas práticas de governança na implementação das ações.

Marli (ponto focal do estado) deu continuidade à explicação das Salvaguardas do REDD+, detalhando-as. A terceira, fala que tem que ter respeito por indígenas e toda as comunidades, pois eles que conhecem os seus territórios. A quarta, fala que tem que ter participação plena e efetiva e discutir junto com representantes dos territórios, explicou se caso não tivessem trazido um tradutor, então não seria plena e o estado estaria descumprindo a regra. A quinta, disse que tem que ter ações consistentes sobre conservação, tem que valorizar a floresta nativa. Citou como exemplo o caso: se um fazendeiro quiser plantar eucalipto não será considerado, pois não é biodiversidade nativa. A salvaguarda sexta fala sobre ações para evitar riscos de reversão de resultado do JREDD+. Simulou que se voltar a desmatar, comparando com os anos que considerou os cálculos, então não será valido, pois sinaliza que não teve redução. Então é necessário evitar queimadas e desmatamento. Para essa última, fez uma simulação de como é feito. Exemplificou dizendo que se tiver 30 milhões bruto de redução, é pago um seguro e o estado abate o que já foi calculado no REDD privado, então subtrai pelo de 3 milhões que foi considerado no REDD privado e nesse caso, de 15 milhões, fica somente 13 milhões. Finalizou explicando a sétima salvaguarda que fala sobre ações para evitar o desmatamento para que não haja emissões.

Na sequência, Mateus (moderador) pediu a palavra e perguntou aos participantes: *As salvaguardas servem para salvar e guardar o quê?*

O Hadory (Cacique da Aldeia Itxeó) respondeu: *É para salvar e proteger as florestas.*

Edivaldo (Aldeia Itxeó) compartilhou sua perspectiva, ressaltando que a proteção ambiental precisa considerar também a vida humana, ele disse: *No meu ponto de vista, é importante proteger as florestas e os rios, mas também é preciso pensar no ser humano, pensar no nosso modo de vida. Eu me vejo como um fiscal da natureza, mas acredito que o ser humano tem que estar em primeiro*

lugar.

Em seguida, Mateus (moderador) questionou aos participantes: *Quem protege a floresta?* Um dos participantes respondeu: *É a comunidade*. Reforçou essa resposta, recordando que a representante da FUNAI, Rafaella, havia explicado que existem diversos instrumentos legais para proteger os territórios e garantir as condições de vida das comunidades locais.

Para reforçar o entendimento das salvaguardas na prática, Mateus (moderador) convidou alguns participantes à frente e pediu que formassem um círculo, simulando de forma simbólica como cada salvaguarda atua como uma proteção coletiva. Ao final da atividade, explicou que, embora todos tenham um papel relevante, mas o Estado é o responsável formal por monitorar o cumprimento das salvaguardas, garantindo que os programas respeitem os direitos e o meio ambiente.

Ouvidoria

Durante a reunião, Marli (ponto focal do estado) pediu a palavra e questionou: "E se o Estado não conseguir garantir os direitos e os modos de vida dos povos e dos territórios?" Em resposta, foi explicado que, nesses casos, é fundamental que as comunidades entrem em contato com o Estado para comunicar o não cumprimento ou a ausência de garantias desses direitos. Foi ressaltado que existe a ouvidoria, um canal oficial onde as pessoas podem relatar suas experiências, dar sugestões e expressar suas preocupações sobre o programa. Inclusive, mencionou-se que o JREDD+ já criou sua própria ouvidoria, justamente para facilitar esse diálogo. As manifestações podem ser feitas por escrito, por telefone ou pessoalmente. Além disso, os participantes foram informados de que também é possível fazer denúncias caso identifiquem o uso indevido dos recursos, desde que apresentem provas. O canal da ouvidoria também está aberto para receber elogios, reclamações ou pedidos de informação.
Marli (ponto focal do estado) também questionou qual seria a diferença entre fazer uma reclamação diretamente na SEMARH ou na SEPOT pessoalmente. Em resposta, foi esclarecido que, ao acionar a ouvidoria de forma direta em qualquer uma dessas secretarias, existe um prazo formal de dez dias para que a resposta seja enviada. Além disso, caso necessário, esse prazo pode ser prorrogado, o que está previsto nos procedimentos institucionais.

Repartição de Benefícios

Em seguida, Marli (ponto focal do estado) continuou explicando que a natureza já fornece remédios, alimentos e diversos serviços ambientais gratuitamente, conhecidos como serviços do ecossistema. Foi esclarecido que essa função cabe aos PIQPCTAF (Pequenos Proprietários, Agricultores Familiares, Quilombolas, Comunidades Tradicionais, Assentados da Reforma Agrária e Famílias em Territórios Indígenas) e ao Estado, representado por órgãos como o Naturatins, o IBAMA, o Corpo de Bombeiros, brigadistas, a Polícia Militar Ambiental, além dos próprios produtores rurais. Estes últimos têm a obrigação de manter reservas legais em suas propriedades e conservar as matas ciliares às margens dos rios, que são Áreas de Preservação Permanente (APP's). Quanto à divisão dos benefícios gerados por esses serviços ambientais, foi informado que os PIQPCTAF vão ficar com 25%, o Estado com 50%, e os produtores rurais têm direito aos outros 25%.

Em seguida, Mateus (moderador) pediu a palavra para destacar a importância de lembrar que os produtores rurais têm a obrigação de preservar uma parte de suas propriedades. Ele solicitou que os participantes prestassem atenção ao

esquema apresentado pela Ana Beatriz (Facilitadora Gráfica), que explicava como os cálculos e a divisão dos recursos foram realizados.

Um cacique presente então perguntou se o Estado tem uma estimativa de quanto a Ilha do Bananal, com todas as suas etnias, possui em termos de estoque florestal.

Marli (ponto focal do estado) respondeu que a repartição não funcionará dessa forma. Ela explicou que a distribuição será feita por meio da elaboração de projetos e que o Estado contará com uma estrutura de suporte para ajudar as comunidades na preparação desses projetos. Para isso, será necessários que eles informem suas ações, e técnicos estarão disponíveis para orientar todo o processo, garantindo que não haja problemas ao longo do caminho.

Edivaldo (Aldeia Itxeó) questionou se os responsáveis que prestarão apoio às comunidades serão conhecidos por eles e se irão até os territórios, manifestando preocupação de que, como em programas anteriores, suas aldeias acabem sendo esquecidas.

Em resposta, Marli (ponto focal do estado) disse que é importante que os representantes escolhidos sejam pessoas que realmente representem suas etnias e orientem a ARPIT, a associação responsável pela defesa dos direitos indígenas dentro do programa.

Na sequência, Idjawala (ARPIT) pediu a palavra e reforçou que são os próprios grupos indígenas que devem definir o que é melhor para eles, guiando as ações com base em suas realidades e necessidades.

Logo após, Maria (Cacica da Aldeia Mirindiba) pediu a fala e disse que já existiu outra associação, a IDITINS, que teve atuação no início, mas que depois deixou de manter diálogo e repassar informações às comunidades. Ela também expressou preocupação pelo fato de que os recursos da BIOFIX ainda não chegaram até a comunidade e questionou se o Povo Karajá, mesmo sendo atendido pela ARPIT, terá participação efetiva. Destacou ainda a importância de garantir que a região sul da Ilha do Bananal tenha maior participação. Questionou se a associação de mulheres poderia participar em outras aldeias, já que existem diferentes organizações atuando nos territórios, mas nem todas alcançam toda a comunidade. Explicou que a Associação da Aldeia Mirindiba possui um fundo que apoia diretamente as necessidades locais e finalizou perguntando se essa associação poderia atuar em conjunto com a ARPIT.

Marli (ponto focal do estado) retomou a fala e informou que essa possibilidade existe e que deve ser acolhida como parte do dever de garantir a representatividade de gênero. Informou ainda que, no dia da Oficina de Consolidação, todos terão a oportunidade de decidir qual associação será responsável por representar o Povo Indígena Karajá.

Idemar (Vice-cacique da Aldeia Mirindiba) reforçou que a Associação das Mulheres é uma organização local e perguntou se, mesmo assim, poderia representar o estado como um todo.

Marli (ponto focal do estado) explicou que, conforme a Lei do Fundo Clima, a representação dos povos indígenas deve ser feita por uma associação que represente todos os povos do estado e que tenha reconhecimento da COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira).

Após isso, Rafaella (FUNAI) pediu a palavra e contribuiu com um exemplo do estado de Mato Grosso, onde o Programa REM tem representatividade indígena

reconhecida por meio da COIAB.

Em seguida, Idjawala explicou que a ARPIT não será responsável por executar diretamente os recursos, mas sim por coordenar, apoiar e articular esse processo. Citou novamente o caso do Mato Grosso, onde a associação indígena responsável é a FEPOINT, e destacou a importância de se pensar a representação em diferentes escalas. Comparou a estrutura à liderança dos caciques, que representam os interesses de suas aldeias, e informou que será criada uma comissão para cada povo. Caso a região sul da Ilha deseje uma cadeira, haverá espaço garantido para essa representação.

Por fim, os participantes foram convidados para um lanche às 16h. Após o intervalo, todos retornaram ao local onde as oficinas estavam sendo realizadas, dando continuidade às discussões.

Governança

Para abordar o tema de Governança, Mateus (moderador) deu início à dinâmica da Governança convidando participantes para atuarem como representantes do sistema de governança, sendo: Governo, PIQPCTAF, Produtores Rurais, Comprador, COEMA, Fundo Clima, CEVAT, Conselho Gestor, FUNAI, SEPOT, SEMARH, ARPIT, FETAET, COEQTO, FAET, Ministério Público, Ruraltins, SEFAZ, NATURATINS, SEDUC, SEPLAN e SEAGRO.

Em seguida, Marli (ponto focal do estado) conduziu a dinâmica pontuando que são necessárias 26 instituições para tomar decisão sobre o Programa Jurisdicional REDD+ do Tocantins. Inicia apresentando o “Governo” que representa o histórico da tomada de decisão sobre a implantação do Programa, convidando a “SEMARH” para dar início e funcionar como desenvolvedora técnica e operacional do Programa. Em seguida, explicou que a “SEMARH” preside o “COEMA” (Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado do Tocantins) e, neste momento apresentou que o COEMA como órgão colegiado deliberativo, por ter o poder de tomada de decisão, que é composto por várias associações, sendo uma delas a “FAET” (Federação da Agricultura do Tocantins), “FUNAI”, “FETAET” (Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Estado do Tocantins), Ministério Público, “ARPIT” (Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins) e sintetiza que o COEMA é composto por Governo do Estado, Órgãos de Controle e Instituições da Sociedade Civil. Feito isso, explicou que o COEMA já aprovou o Documento de Registro e o Documento de Monitoramento do Programa.

Em seguida, apresenta a “CEVAT” (Comissão Estadual de Validação e Transparência) responsável pela análise técnica dos documentos do Programa, definição da regularidade das linhas de ações e adequação do cálculo da repartição de benefícios. Explica que a CEVAT é composta por parte dos membros do COEMA, mas as aprovações são direcionadas para a parte técnica e, após a aprovação técnica é direcionada para o COEMA.

Na sequência, apontou para o Fundo Clima e disse que quando a CEVAT e COEMA aprovam, os créditos são direcionados para o mercado. Neste momento, apresentou o COMPRADOR e disse que ele finalizou a venda colocando o dinheiro no FUNDO CLIMA. Depois disso, apresentou que o Fundo Clima tem um Conselho Gestor, responsável pela organização das linhas de ações. Depois apresenta que as diversas associações, produtores e Governo apresentam os projetos para o Conselho Gestor. Ilustra que foram apresentados três projetos mas só tem recursos para 2 projetos e, na sequência explica que nestes casos o CONSELHO GESTOR analisará as linhas de ações prioritárias.

Na continuidade, utilizou o exemplo de que SEPOT e COEQTO se direcionam ao Conselho Gestor para construção de campo de futebol, justificando na segurança territorial, retenção de juventude nos territórios e sugere que, também, sejam priorizadas linhas de ações para construção de espaços de lazer e recreação. E, com isso, o Conselho Gestor aceita.

Em resumo, ela apontou que: "*tudo o JREDD+ pode financiar, desde que devidamente justificado, mas não financia desmatamento",* resume que toda essa estrutura da dinâmica é a representação do sistema de governança.

Por conseguinte, desfaz a mesa e convida a todos para uma roda de conversa com o apoio de Mateus (moderador) no FlipChart para construírem a estrutura de Governança e, os participantes indicam os nomes conforme cada pergunta da Marli. A princípio Marli pergunta sobre a autoridade na Estrutura de Governança e informam "Governo" e "COEMA". Depois ela pergunta quem compõe o COEMA e os participantes vão indicando conforme o desenho do FlipChart. Por fim, pergunta quem está vinculado ao COEMA e informam a CEVAT e Marli diz que ela representa o Corpo Técnico.

Neste momento, Idjawala (ARPIT) pergunta se a CEVAT vai tomar a decisão sobre as linhas de ações sozinha.

Marli (ponto focal do estado) indica que não, vez que a finalidade da Oficina é ouvir em cada território quais são as principais linhas de ações e que a CEVAT vai tomar a decisão com base nessas consultas. Ela exemplifica que no Povo Krahô, teve o pedido para fiscalização dos territórios através de um grupo de Guerreiros em uma linha de ação prioritária, ou seja, segurança territorial. Neste momento, ela pede para que todos pensem nos desafios vividos pelo povo Karajá da região sul da ilha para que no dia seguinte pudessem construir as ações prioritárias. Na sequência, relembrou sobre a Governança, indicando que uma vez aprovadas as ações, o recurso vai para o Fundo Clima e o Conselho Gestor que toma decisão, sendo composto por seis membros do Governo e seis Instituições da Sociedade Civil e é presidido pela SEMARH, havendo empate a SEMARH se posiciona para desempatar. Ao final, indica que esta é a forma de tomada de decisão do Fundo Clima.

Na sequência Marli (ponto focal do estado) apresentou uma linha do tempo, indicando que serão realizados 50 eventos até setembro de 2025. Apontou que já foram realizados aproximadamente 26 eventos para colher as informações das ações e indicação de representantes para a Audiência Pública. Indica, também, que depois disso serão realizados 30 dias de consulta online que começará em setembro e irá até outubro de 2025 e que depois disso será realizada audiência pública em Palmas – TO, provavelmente no dia 09 ou 10 de outubro.
Neste momento, Marli (ponto focal do estado) informa que os escolhidos da oficina de consolidação irão para a Audiência Pública. Explica que estas pessoas irão para a Audiência Pública defender quais serão as ações prioritárias considerando as levantadas a partir dos 50 eventos. Aponta que na Audiência Pública terão Povos Indígenas, Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares, Pequenos, Médios e Grandes Produtores Rurais e Governo, que serão divididos por salas de acordo com cada segmento para definir suas prioridades e ao final se reunirão para que todos conheçam as prioridades do outro.

Desafios na Região

Em seguida, ela abriu para apresentação de dúvidas.

Maria (Cacica da Aldeia Mirindiba) disse que o Programa será bom, mas questionou se o Projeto vai atender as necessidades da aldeia. Ela disse que acredita nos benefícios, mas manifestou suas dúvidas sobre os prejuízos que isso pode acarretar para comunidade, apontou que acredita que as ajudas para a comunidade indígena serão poucas. Diz que se sente insegura sobre os recursos chegarem até a comunidade e que não sente que os territórios indígenas serão desenvolvidos como desejam. Apontou que em reunião com a BIOFIX, a criação de gado prejudicou o meio ambiente e que por isso tem receio de estar dentro de um círculo, perdendo sua liberdade, por ações como já realizadas por FUNAI e GOVERNO.

Em seguida, Marli (ponto focal do estado) pontuou que o JREDD+ não proibirá o modo de vida das comunidades e que o Programa depende do cumprimento das Salvaguardas socioambientais em sua integralidade. Pontuou, ainda, que o cálculo do Programa considera anos passados e que a repartição de benefícios acontecerá por associações. Pontuou ainda que não é obrigatória a participação, mas, não havendo a participação, não serão conhecidas as prioridades e linhas de ações da comunidade. Reforçou o percentual da repartição de benefícios.

Hadory (Cacique da Aldeia Itxéo) pediu a palavra e perguntou se o recurso pode atender projetos de criação de pirarucu e construção de escola.

Marli (ponto focal do estado) respondeu que a construção de escola pode sair do percentual direcionado para o Governo e esclareceu que a repartição por associações é para garantir a governança e gestão de recursos dada a necessidade de manutenção da regularidade.

Maria (Cacica da Aldeia Mirindiba) apontou que é difícil manter associações regulares porque o nome da associação vai para a receita federal e relembrou que possuiu associação e para manter em dia teve que engolir muito sapo, mas sua associação está ativa e funcionando. Exemplificou que a Associação Iny Mahandu precisa de ajuda para se regularizar, mas atualmente está parada porque não tem contribuição de todas as associações e aldeias.

Em resposta, Marli (ponto focal do estado) disse que tem aldeias de diferentes tamanhos, e dentro das associações dos produtores familiares tem muitas associações. As vezes quando acontece divergências nesses locais, criam uma outra e isso gera mais despesas com impostos. Quando se trabalha com os grandes produtores, tem sindicatos e sedes grandes, no entanto, eles conseguem manter, mas os pequenos não conseguem manter essas organizações e isso gera muita desigualdade e o estado já verificou isso.

Pedro pediu a fala e expressou sua insatisfação com a forma como o Estado tem apresentado projetos nas comunidades. Ele questionou por que, a cada ano, o governo aparece com novas propostas em vez de considerar e integrar os projetos que já estão em andamento nas aldeias, especialmente aqueles iniciados com apoio anterior do próprio governo. Destacou que, em muitos desses projetos existentes, a bovinocultura está presente e funcionando como uma fonte de renda significativa para as comunidades. Pedro também cobrou explicações sobre porque o Estado não ofereceu apoio para que eles buscassem o Ministério Público quando enfrentaram dificuldades, especialmente em relação a experiências negativas com a Biofix. Ele criticou o programa JREDD+ do Estado, classificando-o como simples demais diante das complexidades da realidade local. Ressaltou ainda que muitos na comunidade não apoiam o programa e que os recursos gerados pelas cabeças de gado na Ilha, cerca de trezentos mil, geram recursos para eles.

Em resposta às críticas, Marli (ponto focal do estado) afirmou que a atuação em territórios indígenas é uma competência do Estado. Pedro, no entanto, rebateu dizendo que, quando o governo realmente quer ajudar, ele ajuda, e que “é bonito é o alimento”.

Mais uma vez, Marli (ponto focal do estado) afirmou que a competência de gado em terras indígenas, é do governo federal, da FUNAI e o governo do Tocantins não tem poder sobre isso. O JREDD+ não vai resolver esse problema, não vai pagar salário mensal ara ninguém. Disse também que tem aldeia na ilha que tem criança passando fome, problema de alcoolismo e drogas, de suicídio, de fogo constante, porém, tem grande biodiversidade, mas os problemas como os citados, o programa não poderá resolver. Completou dizendo que se eles não quiserem receber a repartição de benefício, não terá problema, não é obrigatório. É um processo demorado, pode ser que no ano que vem já consigam vender. Mas sobre se incluir no programa é uma decisão deles.

Foi informado que no dia seguinte eles deveriam decidir quais ações importantes desejam para o sul da ilha, com recursos do JREDD+.

Na continuidade, Edvaldo (Aldeia Itxeó) perguntou a Marli (ponto focal do estado) se ela acreditava que a pesca esportiva prejudica o meio ambiente. Ele contou que já participou de outras oficinas, nas quais relataram o que enfrentam em seu território, onde sempre viveram. Disse que não tem facilidade para falar de forma técnica, que teve uma infância difícil, mas que hoje estão um pouco melhor. Na sua visão, a pesca esportiva é diferente da pesca predatória e não causa danos. Comentou que antes realizava pesca em certas áreas, mas agora está sendo impedido pela justiça, que envia fiscais. Ele questionou como podem incentivar o turismo de visitação, se os turistas querem ver animais como onças e jacarés, o que é mais comum no Pantanal. Afirmou que o fogo que atinge a aldeia não é causado por eles e que tem sete filhos para criar sozinho.

Marli (ponto focal do estado) em resposta disse que o mais importante é conversar, discutir e propor soluções, pois ninguém sabe o que o outro quer se ficar em silêncio. Ressaltou que é preciso se unir para garantir direitos e que é essencial que falem com os órgãos públicos de forma sincera. Ela criticou a má distribuição de recursos, mencionando que há dinheiro vindo do aluguel de gado enquanto há crianças morrendo de fome, o que indica concentração de renda para algumas pessoas e falta de repartição. Afirmou que o JREDD+ não é um milagre e não resolverá os problemas sociais existentes na aldeia.

Maria (Cacica da Aldeia Mirindiba) comentou que, felizmente, nunca houve morte por desnutrição em sua aldeia, mas que se sentem prejudicados pela má gestão de outras comunidades. Disse que sente vergonha, pois aldeias maiores recebem cestas básicas enquanto eles não recebem nada, e que o dinheiro do aluguel de gado ajuda na educação. Reclamou da falta de prestação de contas em outras comunidades e disse que gostaria de ajudar mais sua gente. Também relatou que são eles que apoiam a SESAI nas viagens em busca de recursos e melhorias, e que fazem muitas coisas boas que ninguém reconhece. Em vez de receberem ajuda dos órgãos públicos, são eles que acabam ajudando. Criticou a falta de atenção da presidente atual da FUNAI em Brasília e afirmou que, se o governo decidir proibir o gado na ilha, será essa a regra, pois a ilha pertence à União. Disse que, apesar disso, é preciso investir fora da ilha também, já que sempre surgem formas de retirar os direitos dos indígenas. Finalizou dizendo que levará os projetos até Brasília e entregará tudo nas mãos da presidente da FUNAI, esperando que ela os apoie.

Marli (ponto focal do estado) encerrou a oficina às 18h11, lembrando a todos que

no dia seguinte devem discutir as ações que desejam ver atendidas.

DIA 2: SÁBADO, 26 DE JULHO DE 2025

PARTICIPANTES

1. Idemar Karajá (Aldeia Mirindiba)
2. Hariama Ijetwira Karajá (Aldeia Mirindiba)
3. Mario Beicalari Javaé (Aldeia Barreira Branca)
4. Troduzo Harymanari Javaé (Aldeia Barreira Branca)
5. Bruno Weheria Javaé (Aldeia Barreira Branca)
6. Rozaldo Francisco Ferreira (Aldeia Brebuna)
7. Gabriel T. Javaé (Aldeia Branca Branca)
8. Valdenir Tewaduri Javaé (Aldeia Branca Branca)
9. Maria Maderu Karajá (Cacica – Aldeia Mirindiba)
10. João Batista Ferreira de Oliveira (Aldeia Brebuna)
11. Paulo Ferreira (Aldeia Mirindiba)
12. Rosana Alves Morais (Aldeia Mirindiba)
13. Sonia Ferreira de Castro (Aldeia Mirindiba)
14. Koxiawaru Karajá (Aldeia Mirindiba)
15. Tânia Kaxiwe Karajá (Aldeia Mirindiba)
16. Genivan Ferreira de Matos (Aldeia Mirindiba)
17. Marildo S. P. (Pousada Aguia 1)
18. Diego Hariawa Javaé (Aldeia Barreira Branca)
19. Hadory Karajá (Aldeia Itxeó)
20. Irilene da Silva Santana (Pousada Águia 1)
21. Edvaldo Vidal dos Santos (Pousada Águia 1)
22. João Batista Castro (Aldeia Itxeó)
23. Adrielma da Silva Santana (Pousada Águia 1)
24. Luiz Ricardo B. E. (Aldeia Kaxiweira)
25. Misael Rodrigues Lopes
26. Gilca Pereira de Almeida (Aldeia Mirindiba)
27. Carlos Xycaprô Krahô (Aldeia Mangabeira)
28. Edson Ferreira de Castro (Aldeia Mirindiba)
29. Mzdyary Blars (Aldeia Waritaxi)
30. Iburé Hatamaru Karajá (Aldeia Mirindiba)
31. Rafael H. Javaé (Aldeia Barreira Branca)
32. Edvania Oliveira Reis (Aldeia Mirindiba)
33. Simikadi Bixoa Karajá Xerente (SEPOT)
34. Wedwy Mello Silva Carajá (Aldeia Itxeó)
35. Alana C. M. de Santana (Palmas)
36. Hamilton Aldes da Silva (Aldeia Cahoeira)
37. José Txikeira Karajá (Aldeia Mirindiba)
38. Reginaldo S. Carvalho (SEPOT)
39. Yjoiri Karajá (Aldeia Mirindiba)
40. Victor Gonçalves da Silva (Aldeia São Miguel)
41. Aguiles Eduardo (Palmas)

Abertura

A oficina seguiu no segundo dia as 09h16 com o Mateus (moderador) dando início a palavra. Relembrou acordos feitos no dia anterior, explicou novamente o que era o JREDD+, lembrou as dinâmicas realizadas para explicar a temática que envolve o programa, enfatizou brevemente sobre os créditos de carbono, transcorreu brevemente sobre as salvaguardas, sobre a repartição de benefícios, releu novamente os objetivos da oficina. Informou que teria um encontro na Aldeia

Santa Izabel para a realizar uma oficina de consolidação com representantes das comunidades que forem escolhidos.

Dinâmica inicial e proposta de discussão

Na sequência, Ravenna (ponto focal do estado) tomou a palavra para explicar a atividade em grupo. Orientou que eles deveriam listar as ações que gostariam que fossem atendidas com os recursos do programa, com foco na continuidade do modo de vida sustentável que já praticam. A formação dos grupos ficou a critério dos participantes, mas ela solicitou que fossem feitos quatro grupos, cada um com um orientador para apoiar na organização das ideias. Lembrou-os que ao final da atividade, todos deveriam assinar a ajuda-memória.

Idemar (vice-cacique da Aldeia Mirindiba) questionou se caberia a eles escolher as ações que seriam atendidas ou se o Estado já havia decidido por eles. Sugeriu que fosse formado apenas um grupo, em vez de quatro.

Iburé (da Aldeia Mirindiba), também concordou com a proposta de que a atividade fosse realizada em um único grupo.

A forma de organização sugerida por eles foi aceita, e Marli (ponto focal do estado) pediu que colocassem no papel as ações que desejavam ver atendidas.

O grupo foi formado conforme solicitado. Às 10h30, os participantes encerraram a atividade em grupo, e Marli retomou a palavra.

Marli (ponto focal do estado) explicou que, antes de qualquer venda de créditos, é necessário elaborar um projeto. Após isso, um auditor avaliará o projeto e poderá, inclusive, visitar a aldeia para confirmar se os indígenas foram devidamente ouvidos pelo Estado. Somente após essa verificação é que será possível registrar os créditos. Apesar de o Estado já ter feito o cálculo dos créditos de carbono acumulados desde 2020, a venda só poderá ocorrer após a realização da Consulta Livre, Prévia e Informada, validada por um auditor. Ela reforçou que esse processo de consulta começou em 2022 com a participação de lideranças indígenas, quando foram apresentados os objetivos do programa. Em 2023, indígenas de todo o estado participaram do fórum organizado pelo governo, onde solicitaram que as escutas fossem realizadas diretamente em seus territórios, de acordo com os formatos que eles mesmos definissem.

Marli (ponto focal do estado) também destacou que os créditos calculados pelo Estado ainda não foram vendidos e que o projeto estadual não interfere nos contratos ou acordos já existentes com a Biofix.

Hadory (Cacique da Aldeia Itxeó) perguntou se, com a aprovação do programa, os créditos serão de fato vendidos, e disse que, se for assim, ele concorda.

Idemar (vice-cacique da Aldeia Mirindiba) também questionou se esses créditos já foram vendidos ou não.

Maria (cacica da aldeia Mirindiba) ponderou que ainda precisam entender melhor o processo e que não podem simplesmente aceitar do nada.

Um participante da aldeia Brebuna comentou que, na região onde vive, há alagamentos frequentes e que projetos ligados ao JREDD+ não teriam utilidade ali, pois já tentou perfurar poços e não funcionou.

Marli (ponto focal do estado) respondeu dizendo que ele deveria refletir sobre o que seria realmente importante para a sua aldeia, dentro da realidade local.

Rafaella (FUNAI), perguntou se o valor gerado pelos créditos da Biofix já está abatido no cálculo feito pelo Estado e se a comunidade pode apresentar seuspróprios projetos.

Em resposta, Marli (ponto focal do estado) explicou que a legislação já prevê que territórios com projetos ambientais existentes devem ser considerados, mas ressaltou que o Estado dispõe de poucos recursos diante de muitas demandas. Por isso, as decisões são tomadas com base nas ações que atendem o maior número possível de pessoas.

Maria (Cacica da Aldeia Mirindiba) comentou que, apesar de já terem participado de muitos encontros, só agora ficou sabendo sobre o JREDD+, e que Hadory (Cacique da Aldeia Itxeó), não havia repassado essas informações. Disse que ainda precisam entender melhor o programa e que, independentemente de quererem ou não, o governo não deixará de aprová-lo por causa deles. Afirmou também que essa foi a primeira vez que o governo esteve presente na aldeia. Contou que na aldeia Mirindiba não há colégio, e por isso as crianças estudam na Itxeó, mas reconheceu que, mesmo se pedirem uma escola para sua aldeia, provavelmente não será atendido. Explicou ainda que as cheias dos rios, que ocorrem todo ano, dificultam o acesso à escola.

Marli (ponto focal do estado) retomou a palavra e disse que, se eles não quiserem participar, a vida deles não mudará tudo continuará como está. No entanto, se os recursos chegarem, alguma melhoria pode acontecer, embora o programa não resolva todos os problemas. Afirmou que isso não significa desrespeitar a vontade deles. Acrescentou que, se o Estado possui créditos e há interessados em comprá-los, então faz sentido vendê-los, pois não fazer isso seria um prejuízo. Reforçou que, se algumas comunidades não quiserem participar, as que quiserem terão acesso aos benefícios. Finalizou dizendo que o JREDD+ não é um milagre, mas pode contribuir com melhorias.

Edvaldo (Aldeia Itxeó) questionou se os créditos de carbono já estão disponíveis ou se eles terão que produzir diariamente para gerar mais. Lembrou que, em outro evento, foi perguntado o que eles queriam, e que deixou claro que o gado é a principal fonte de renda da comunidade, é com ele que sobrevivem. Disse também que os recursos do JREDD+ são de longo prazo e perguntou se os créditos já estão sobrando ou se vão ter que continuar preservando apenas para beneficiar empresas.

Marli (ponto focal do estado) respondeu explicando que o gado emite metano, um gás poluente que contribui para o efeito estufa, mas que, no Estado, esse tipo de emissão não está sendo considerado. O foco são os gases provenientes de queimadas e desmatamento. Reforçou que o JREDD+ não entra na discussão sobre permitir ou não o gado na ilha, essa decisão não é atribuição do projeto. Informou que o Estado tem até 2030 para vender os créditos, mas, se não conseguir reduzir as emissões nesse prazo, terá que acionar o seguro e encerrar o projeto. Ressaltou que a repartição de benefícios é obrigatória e que cabe a eles decidirem onde os recursos devem ser aplicados. A proposta é ouvir todos, para garantir uma construção coletiva.

Maria (Cacica da Aldeia Mirindiba) comentou que muitos não estavam se manifestando por medo. Disse que, por falarem na própria língua indígena, têm receio de falar em público e não estava havendo tradução para todos.

Em resposta, Ravenna (ponto focal do estado) lembrou que, no dia anterior, foi perguntado se queriam tradutor, mas que eles disseram que não era necessário. Reforçou que a equipe está ali para ouvir, entender as ações que desejam e

construir os projetos juntos, o que não significa que haverá concordância total.

Marli (ponto focal do estado) retomou a palavra e pediu que Taffarel (Tradutor) chamasse os participantes que estavam mais afastados e falasse com eles em sua língua, para que se juntassem ao grupo onde a oficina estava ocorrendo. Assim foi feito, e Taffarel traduziu para a língua indígena Inyrybe as informações que estavam nos flipcharts, garantindo que todos compreendessem o que estava sendo tratado. Foi realizada uma retomada de todos os temas tratados na oficina na língua indígena inyrybe.

Marli (ponto focal do estado) tomou a palavra e perguntou se havia dúvidas.

Rosana (Aldeia Mirindiba), questionou se, ao aceitarem o projeto JREDD+, se eles podem fazer projeto para a extensão da ilha onde eles moram e se poderia incluir a pousada que ela possui?

Marli (ponto focal do estado) respondeu que sim, desde que a renda da pousada seja compartilhada com a comunidade. Destacou a importância da manutenção dos imóveis e da coletividade no projeto.

Um cacique perguntou se, ao construírem uma pousada, poderiam alugá-la.

Em resposta, Marli (Estado) confirmou que sim. Ela também reforçou os combinados sobre os horários das refeições, pediu organização em grupo para a próxima atividade e incentivou maior participação das mulheres. Os participantes foram divididos em dois grupos.

Idemar (vice-cacique da aldeia Mirindiba) pediu que o retorno do almoço fosse às 13h, e não às 14h como definido antes.

Marli (ponto focal do estado) reforçou que todos estavam livres para falar, sem censura, e que tudo seria registrado. Os grupos se reuniram às 11h37.

Identificação de ações importantes

Às 13h02, Mateus (moderador) retomou as discussões, chamando os participantes para continuar a falar sobre as ações desejadas. Às 13h50, Marli convidou os grupos a apresentarem suas demandas.

O grupo 1- solicitou ações voltadas para a segurança e proteção territorial, base de brigadista e guardiões da floresta, equipamento de combate a incêndio, trator, caminhão pipa, capacitação para jovens, como de combate a incêndio e proteção territorial, geração de renda, exportação de frutos nativos e precificação, curso de manejo, fortalecimento do artesanato. Pediu que seja realizado concursos públicos para brigadista, escola para sul da ilha, hospital para atender o sul da ilha, rede elétrica, transporte escolar fluvial e terrestre com motorista e barqueiro, aterro sanitário, disciplina escolar para resgate cultural.

O grupo 2 – solicitou ações nos eixos Segurança do Território. Melhoria das estradas, saneamento básico - água, esgoto e banheiro, programa de proteção as mulheres – salvaguardas pra mulheres, responsabilização dos responsáveis pela violência contra mulheres, prevenção ao abuso de crianças e idosos, programa de combate ao alcoolismo e drogas, base do PREVFOGO, veículo para fiscalização do território,- Programa de saúde - médicos, enfermeiros, programa de esporte para jovens e idosos – equipamentos, projeto para resgate de ervas medicinais, Proteção do meio ambiente - coleta e destinação adequada de lixo, educação - transporte escolar, barcos, fortalecimento de horticultura, coleta de frutos do cerrado, manejo de animais, legalização da pesca esportiva

na ilha, legalização ambiental na ilha e de pousada e do meio ambiente, capacitação para psicultura, infraestrutura- energia elétrica, mudança de limite do sul da ilha, habitação para população do sul da ilha, base comunitária para apoiar as artesãs, selo para proteção dos produtos.

Marli (ponto focal do estado) pediu que as demandas fossem organizadas por eixos de ação com apoio dos participantes, e Janilson (moderador), fosse organizando no mural. Ao final, perguntou se alguém gostaria de complementar, mas não houve manifestações.

Escolha dos representantes para a Oficina de Consolidação

Foi informado que os participantes receberiam um boné e um certificado por participar da oficina. Também avisou novamente que, após o lanche, seriam escolhidas as pessoas que representariam a região sul da ilha na oficina de consolidação na Aldeia Santa Isabel. Marli reforçou que os representantes deverão relatar o que foi discutido na Itxeó e solicitou ao cacique da aldeia que indicasse os nomes para o encontro.

Idemar (vice-cacique da aldeia Mirindiba) perguntou se havia um número limite de participantes, e Marli (ponto focal do estado) respondeu que cerca de quatro pessoas poderiam ir.

Ficou decidido que o cacique Hadory, da Aldeia Itxeó, representaria sua comunidade; a Aldeia Brebuna não terá representante; a cacica Maria Maderu e Iburé representará a Mirindiba; e Hamilton Alves da Silva, da Aldeia Kaxiweira, representará sua comunidade na oficina de consolidação na Aldeia Santa Isabel, no dia 31/07.

Na sequência, Mateus (moderador) informou que os objetivos da oficina foram cumpridos.
Marli (ponto focal do estado) retomou a fala para tratar da representação indígena na audiência pública, explicando que a escolha será feita na sexta-feira, na Aldeia Santa Isabel, junto com outras aldeias. Destacou que a associação precisa ouvir as comunidades antes de participar da audiência, e que a decisão será tomada no dia 31 de julho. Informou também que Idwjala (ARPIT), já estava na Aldeia Werreria para participar da oficina local.

Encerramento e Agradecimentos

Em seguida, Mateus (moderador) pediu que os participantes avaliassem a oficina, apontando pontos positivos, negativos e sugestões de melhoria e ofereceu a opção de falarem ou escreverem suas contribuições.

Edvaldo (Aldeia Itxeó) comentou que eles, da aldeia, focam muito nos problemas e nas necessidades, mas destacou que a equipe da Plantuc os tratou com respeito e educação. Agradeceu o convite, elogiou o trabalho de todos e disse que foi uma oportunidade de aprendizado.

Rosana (Aldeia Mirindiba) também agradeceu a participação, dizendo que não entendia sobre o gás, sua finalidade e destino, e que achou positivo ter aprendido.

Idemar (Vice-cacique da Aldeia Mirindiba) agradeceu a presença de todos e comentou que, eles têm mais facilidade de aprender e outras etnias, não conseguem entender totalmente, mas apesar disso, o conteúdo foi desafiador para ele. Disse que aprendeu sobre o contrato com a Biofix, mas pediu mais paciência com o povo Iny, pois muitas vezes as informações não ficam claras.

Sugeriu melhorar a comunicação com os caciques para que as aldeias possam se preparar melhor, reconhecendo isso como uma falha da equipe. Pediu desculpas pelas palavras ditas e reforçou que a experiência foi positiva.

Ibure (Aldeia Mirindiba) agradeceu o convite e disse que foi sua primeira participação em uma oficina sobre clima. Destacou a importância de saber o que acontece na comunidade e sentiu falta da fala da representante da SEPOT.

Ijane disse que achou a oficina boa e agradeceu a todos.

Valderé agradeceu à equipe do JREDD+ e valorizou a oportunidade de participar.

Hariama (Aldeia Mirindiba) agradeceu à equipe e à Marli, disse que aprendeu para que serve o JREDD+ e que, mesmo preferindo ouvir, espera participar mais ativamente nas próximas oficinas.

Hadory (Cacique da Aldeia Itxeó) agradeceu a Deus pelo momento vivido, expressou satisfação em receber a equipe do Estado e pediu desculpas por eventuais falhas, tanto ao povo indígena quanto ao pessoal do Prevfogo, aos caciques presentes, aos amigos que participaram, à equipe da cozinha e agradeceu à sua esposa pelo apoio. Ressaltou que foi a primeira vez que uma equipe do Estado esteve no sul da Ilha do Bananal, território do povo Iny Karajá, e agradeceu a todos.

Na sequência, Ravenna (ponto focal do estado) informou que Smikadi, da SEPOT, faria a leitura da ajuda-memória e explicou o que era esse documento. Perguntou sobre a participação indígena na associação.

Smikadi (SEPOT) explicou que a SEPOT apoia quilombolas e indígenas, e que ela atua na área financeira do órgão. Disse que os indígenas enfrentam limitações para atuar em órgãos públicos, por isso precisam estar unidos e engajados, principalmente os jovens, para conquistar melhorias para seus povos. Em seguida, leu a ajuda memória.

Marli (ponto focal do estado) pediu que todos formassem uma fila para assinar a ajuda-memória, receber os certificados e os bonés. Um lanche foi servido às 15h49, encerrando a oficina.

IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

1) SEGURANÇA E PROTEÇÃO TERRITORIAL

- Base permanente de brigadistas e guardiões da florestas, com 24 integrantes;
- Equipamentos de combate a incêndios (Trator de lâmina; caminhão pipa; Equipe de saúde e barco a motor);
- Programa de proteção às mulheres (salvaguardas para mulheres);
- Prevenção ao abuso de crianças e idosos;
- Programa de combate ao alcoolismo;
- Veículo para fiscalização do território.

2) SAÚDE

- Programa de saúde (médicos+enfermeira+assistência básica);
- Programa de esportes para a população indígena (academia ao ar livre);
- Parque Infantil;
- Projetos de ervas medicinais;
- Hospital e ambulância fluvial e terrestre para atender a região sul da ilha na

aldeia Mirindiba;
- Capacitação de Indígenas para trabalhar na saúde;
- Combate e prevenção ao uso de drogas;

3) PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

- Coleta e destinação do lixo (aldeias e ribeirinhos);
- Coleta de lixos (caminhão para coleta) e aterro sanitário.

4) EDUCAÇÃO

- Transporte escolar fluvial e terrestre com motorista e barraqueiro;
- Escola para atender a região sul da ilha em tempo integral;
- Capacitação de jovens para combate a incêndio e proteção territorial;
- Capacitação de jovens para o mercado de trabalho: guia de turismo/pesca/hotelaria;
- Capacitação para formar psicultura, eletricista, encanador;
- Elaboração de projeto;
- Gestão de projetos;
- Capacitação para associação gerir projetos, escrever projetos e organizar documentos;;
- Curso para manejo de frutos nativos;
- Precificação dos frutos e produtos;
- Disciplina escolar para resgate cultural (arco e flecha, língua Iny).

5) FORTALECIMENTO DA ECONOMIA

- Projeto horticultura;
- Coleta de frutos do cerrado;
- Exportação de frutos nativos;
- Legalização da pesca esportiva na ilha;
- Legalização ambiental das pousadas;
- Piscicultura do pirarucu (tanque escavado ou tanque rede);
- Bovinocultura na ilha (manejo indígena);
- Criação/produção de alimentos para vendas para pousadas, feiras, apresentar para escolas (hortaliças);
- Fortalecimento de artesanatos;
- Matéria-prima;
- Miçangas;
- Ligas e um curso de empreendedorismo;
- Selo Karajá para venda do produto;
- Base comunitária para apoiar as artesãs com a venda dos artesanatos online e presencial;

6) INFRAESTRUTURA

- Rede elétrica para toda a região sul da ilha;
- Habitação para povos indígenas;
- Melhoria das estradas;
- Saneamento básico (água, banheiros e esgoto).

7) GOVERNO

- Concurso público para brigadista Iny ;
- Gestor local do Programa JREDD+;
- Mudança do limite de municípios para o sul da ilha (IBGE) de Formoso para Sandolândia.

REPRESENTANTES SELECIONADOS PARA REUNIÃO DE CONSOLIDAÇÃO – ALDEIA SANTA ISABEL
● Cacique Hadory, da aldeia Itxeó; ● Cacica Maria Maderu, aldeia Mirindiba; ● Iburé a aldeia Mirindiba, aldeia Mirindiba; e ● Hamilton Alves da Silva, da aldeia Kaxiweira,
Avaliações e resultados da oficina
As discussões realizadas na Aldeia Itxeó, na Ilha do Bananal, foram avaliadas de forma positiva pelos participantes. Houve ampla participação das pessoas presentes, que quiseram contribuir com informações, questionamentos, esclarecimentos de dúvidas e relataram os desafios enfrentados na região. Os participantes também foram informados sobre a temática relacionada ao JREDD+ e os passos até a chegada dos recursos. Apesar dos aspectos positivos, alguns momentos da oficina geraram insatisfação. No entanto, essas questões não comprometeram o repasse das informações. Ao final, houve consenso em relação aos representantes escolhidos para participar da oficina de consolidação.

REGISTRO FOTOGRÁFICO

DIA 1: SEXTA-FEIRA, 25 DE JULHO DE 2025.

Credenciamento

Repartição de benefícios

O que é JREDD+

Savaguardas

Governança

DIA 2: SÁBADO, 26 DE JULHO DE 2025.	
Trabalhos em grupos: definição das ações importantes	
Consolidação ações importantes	Leitura ajuda memória